



ATA Nº 15

16 de dezembro de 2016

Centro Cultural do Bom Sucesso

Ao décimo sexto dia do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, no Fórum Cultural da CHASA, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

Estiveram presentes:

PARTIDO SOCIALISTA

José Manuel Morais Chumbo
António Espada Pereira
Manuel Domingos Lourenço
Rui Miguel Tomé Moreira
Ulisses Eusébio Francisco
Maria Domitília Inácio de Sousa Pargana
Maria Clara Rodrigues Soares Neto Negrinho
Avelino Oliveira Santos
Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Carlos Manuel Gonçalves
Carla Alexandra Rebocho Tavares
Pedro Ferreira
Fernando de Carvalho Moreira
António Augusto Marques Sequeira
David Costa
Vítor Manuel Guterres Torres

COLIGAÇÃO NOVO RUMO

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
José Carlos Adão Conde

BLOCO DE ESQUERDA

João Fernandes

A Sra. Presidente da Assembleia, a Sra. Carlota de Pina, cumprimentou os presentes e começou por informar que, **na bancada do PS**, a Sra. Luciana Nelas foi substituída pela Sra. Maria Domitília e a Sra. Sofia Pires foi substituída pelo Sr. Ulisses Eusébio Francisco. **Na bancada de CDU**, a Sra. Quitéria Meireles foi substituída pelo Sr. Pedro Ferreira e o Sr. Ângelo Mendes pelo Sr. David Costa. **Na bancada do BE**, a Sra. Maria do Carmo Dias, foi substituída pelo Sr. João Fernandes. Neste momento, a Sra. Presidente da Mesa solicitou ao PS que indicasse quem seriam as Secretárias da Mesa. O Sr. José Chumbo, líder da bancada do PS informou que em substituição da Sra. Luciana Nelas (Primeira Secretária) estaria a Sra. Clara Negrinho e que a Sra. Isabel Santos (Segunda Secretária) chegaria dentro de alguns minutos. A Sra. Presidente da Mesa colocou as atas n.º 12 e n.º 13 a votação e deu a palavra à bancada do PS. O Sr. José Chumbo informou que foi rececionada primeiro a ata n.º 13 e, após, a n.º 12. Relativamente à ata n.º 13, disse

CP
B
S

não estar em condições de ser aprovada, pois contém muitos erros gramaticais e de contexto. Diz ter produzido algumas notas de correção sobre a mesma, que iria fazer chegar à Sra. Presidente. Relativamente à ata n.º 12, não tiveram oportunidade de a ler toda, pois possui 38 páginas. Sugeriu que a aprovação dessas duas atas fosse feita na sessão seguinte. A Sra. Presidente da Mesa verificou a concordância de todos os eleitos na Assembleia acerca das atas referidas e acrescentou que a aprovação da ata nº 14 (da sessão de setembro) também iria ser votada na sessão seguinte, apesar de não ter sido possível o seu envio, atempadamente, afirmando que já se encontra feita.

No “**Período Antes da Ordem do Dia**”, a Sra. Presidente solicitou que as bancadas começassem a sua intervenção, sendo que o Sr. José Chumbo, líder da bancada do PS, leu a **Mocção A – “40 ANOS DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO”** –(ANEXO 1). Seguidamente, colocou duas questões: quis saber se haveria algum progresso em relação às hortas urbanas que estão anunciadas no site da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, onde é dito que durante o mês de dezembro teriam desenvolvimentos. A segunda situação tem a ver com o posto dos CTT do Bom Sucesso, se tem tido afluência, se o horário está adequado às necessidades da população e se haverá alguns ajustes a fazer.

Foi dada a palavra à Sra. Carla Tavares, da bancada da CDU, que leu a **Mocção B – “ALTERAÇÃO AO PERCURSO DA CARREIRA 320 QUE FAZ A LIGAÇÃO DE ALVERCA DO RIBATEJO “ESTAÇÃO CP – LISBOA AREIRO”** – (ANEXO 2). Seguidamente colocou uma questão: a existência de um **pinheiro nas traseiras da rua António Sérgio**, exatamente no n.º 12, cuja altura já ultrapassa a do prédio em questão e prejudica bastante os moradores, quer pela caruma que deita, entupindo caleiras e algerozes, quer pelo pó que se entranha nas roupas dos estendais, prejudicando pessoas com alergias, sujando e estragando as janelas dos prédios. Explicou que, há cerca de 6 dias, tinha caído um pedaço do cimento do prédio devido à pressão da caruma e, por sorte, não estava a passar ninguém, pois naquelas traseiras costumam passar muitas pessoas que frequentam um café existente numa das extremidades do prédio. O pinheiro em questão encontra-se a três metros e sessenta centímetros do referido prédio. Também as suas raízes já chegaram aos esgotos do prédio. Apesar de não ter sido a atual Junta de Freguesia que plantou esta árvore, e de não se poder cortar o pinheiro sem um estudo prévio, urge que seja feito algo, antes que aconteça alguma coisa grave. Informou que o condomínio do prédio já procedeu à limpeza do algeroz por várias vezes, mas a velocidade de acumulo da caruma é tal que não há limpeza que resista, sendo que a maior parte dos moradores vive das suas reformas. Acrescentou, ainda que, na lateral do prédio n.º 12 existem **três árvores que não foram podadas** durante o ano de 2016 e que possuem uma “bolas” que, em dias de vento, caiem e batem nas paredes do prédio, impossibilitando o normal descanso dos moradores. Informou, ainda, que nas traseiras da rua Fernando Namora existe um pinheiro idêntico ao anteriormente referido, mas quando os moradores abrem as janelas, os ramos do mesmo entram pela casa, sendo que foram cortados pelos próprios. Disse ao Sr. Presidente que os moradores agradecem que seja encontrada uma solução para o referido problema.

Foi dada a palavra ao Sr. Rui Moreira, da bancada do PS, que leu a **Mocção C – “INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR AO AEROPORTO INTERNACIONAL DE LISBOA E CLUSTER AERONÁUTICO DE ALVERCA DO RIBATEJO”** – (ANEXO 3).

Neste momento, a Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. João Fernandes, da bancada do BE, que referiu o facto da divulgação desta sessão de assembleia ter sido insuficiente, comparativamente, à divulgação feita para a sessão de setembro, uma vez que, na altura, verificou a existência de maior quantidade de editais na rua. Mencionou apenas ter visto editais nas imediações do Fórum da CHASA e na rua da Indústria, mas na restante cidade não conseguiu encontrar nenhum. Disse ter acedido à página de internet da Junta de Freguesia nessa mesma manhã e encontrou o edital que mencionava que aquela sessão de assembleia iria ser no dia 22 de dezembro de 2016, ou seja, seis dias após a data real e é uma informação errada que pode induzir em erro qualquer munícipe que procure a informação. Tal não pode voltar a acontecer. Sugeriu que a **divulgação da convocatória** da Assembleia fosse feita na página inicial da Junta de Freguesia em estilo “pop up” tal como já acontece com a divulgação do caminho pedonal. Sugeriu que isso fosse feito cerca de duas semanas antes da realização da própria sessão. Disse ser uma maneira de chegar a mais gente, sem custos para a autarquia. Falou sobre o Fórum Cultural da CHASA, equipamento de proximidade sob a gestão da Junta de Freguesia e mencionou compreender a intenção da autarquia

em querer dinamizar o referido espaço e levar ao conhecimento do público que há ali coisas a acontecerem, mas crê estar a ser diminuída uma prática que era boa na freguesia – a de fazer rotatividade dos locais de realização das sessões da Assembleia. Indicou que seria importante a Assembleia estar em contacto com outras populações da freguesia. Lembrou que o Fórum da CHASA esteve fechado durante bastantes anos devido a um problema de infiltração de água. Explicou que esse problema continua a existir, pois num dos domingos em que houve espetáculo com o grupo de teatro a que o Sr. João Fernandes pertence, chovia muito na rua e disse ter visto que chovia dentro das instalações, nomeadamente, na salinha dos arrumos de limpeza, onde estão dois ou três aspiradores que não funcionam. Como chove em cima desses equipamentos durante os invernos, os mesmos encontram-se estragados. Disse que no final da sessão iria mostrar ao Executivo o local mencionado. Falou, ainda da existência de baratas de grande porte que circulam pelo auditório aquando dos ensaios e que podem levar a situações de pânico, estando a decorrer um espetáculo com casa cheia – o que é de evitar, pelo perigo que acarreta. Solicitou uma desbaratização. Lembrou uma questão trazida em setembro pela eleita Maria do Carmo Dias, que tinha a ver com a utilização de glifosato por parte da autarquia, sendo que terá sido respondido pelo Sr. Presidente que apenas quatro ou cinco autarquias em todo o país teriam optado pela não utilização desse componente e que os resultados não teriam sido satisfatórios, tendo algumas dessas freguesias desistido. A Junta de Freguesia terá dito que não está a pensar deixar de utilizar esses produtos, pois não existem grandes alternativas. O Sr. João Fernandes quis reforçar a posição do BE, afirmando que não é um número assim tão pequeno de autarquias que tomaram a opção de utilização de produtos sem glifosato. Lembrou que há cerca de 2-3 anos a QUERCUS havia lançado uma campanha denominada “Autarquias sem Glifosato” e que nessa altura 11 municípios e 19 autarquias aderiram, sendo que duas destas pertenciam ao concelho de Lisboa. Por experiência própria sabe que, atualmente, existem já 7 autarquias do concelho de Lisboa que não utilizam o referido produto, sendo que a maior parte até é gerida pelo partido socialista: Campolide, Estrela, São Vicente, Areeiro, Campo de Ourique, Parque das Nações, Olivais. Estas têm participado em conferências onde explicam que têm tido muito bons resultados optando por outros produtos, assim como têm reforçado os meios humanos e mecânicos. Informou que, algumas autarquias até têm apostado no método do vinagre de álcool. Advertiu que os estudos indicam que os portugueses apresentam 20 vezes mais glifosato no organismo do que os alemães e a nível europeu somos dos povos que apresentam maior quantidade dessa substância no organismo. É um produto desaconselhado pela Organização Mundial de Saúde. Informou que foi anunciado, há pouco tempo, que o Governo de Portugal vai avançar com um Projeto-Lei para alterar a legislação, passando a proibir a utilização de produtos à base de glifosato em espaços públicos, por isso, a médio-curto prazo a autarquia terá de pensar em alternativas. Disse que o BE estará sempre do lado de uma alternativa mais responsável e não cancerígena. Terminou.

A Sra. Presidente deu a palavra ao Sr. Pedro Ferreira, da bancada da CDU, que trouxe o assunto do monte de entulho que há algum tempo se encontra na rua Casal do Moledo, junto ao ecoponto e perguntou ao Sr. Presidente do Executivo para quando a sua resolução. Referiu, ainda, que na rua da Paz, em frente ao n.º 15, existe uma garagem devoluta, parcialmente em ruínas que se constitui como um foco de insalubridade, para além do facto de alguém ter lá colocado um monte de entulho. Pergunta o que a Junta de Freguesia pensa acerca disto e se já falou à Câmara Municipal acerca do problema. Terminou.

A Sra. Presidente passou a palavra ao Sr. Manuel Lourenço, da bancada do PS, que iniciou a sua intervenção lembrando que as Pracetas 1 e 2 da Quinta das Drogas possuem cerca de 36 anos de vida, e que já carecem de uma qualquer espécie de requalificação, quer por parte da Junta de Freguesia, quer por parte da Câmara e perguntou ao Sr. Presidente do Executivo se possui alguma informação acerca do assunto. Terminou.

Neste momento, a Sra. Presidente deu a palavra ao Sr. Adão Conde, líder da bancada da CNR, que referiu a moção acerca dos 40 anos do poder local democrático para dizer que a sua bancada partilha das considerações apresentadas na mesma, e quis partilhar a sincera e justa homenagem a todos os autarcas. Quis lembrar todos os funcionários das autarquias, particularmente, naquela época do ano, em que as árvores largam as folhas, as quais preenchem as ruas, e salientar que os funcionários da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, assim

como a maior parte dos funcionários de outras juntas de freguesia, continuam a utilizar as mesmas ferramentas de há cerca de 40 anos atrás, para limpar as folhas das árvores. Mencionou considerar triste que os funcionários das autarquias, aqui e um pouco por todo o país, não possam dispor dos novos meios mecânicos existentes atualmente, uma vez que se constituem como as funções mais básicas e essenciais das juntas de freguesia. Aproveitou a proximidade do período natalício para indagar junto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca da existência, ou não, de um convívio de Natal, pois no ano anterior não tinha havido. Em teoria pensa que tivesse a ver com alguma questão legal, considerando que essa não seria a razão da não existência do mencionado convívio. Relançou, ainda, o tema dos 40 anos do poder local, para mencionar, em tom de brincadeira, que nos próximos galardões de mérito seria importante dar um galardão a um cidadão anónimo, uma vez que tinha passado a ser frequente ver cidadãos anónimos, de enxada na mão, a tratar da manutenção e limpeza de espaços verdes na freguesia. Disse demonstrar que a junta, infelizmente, não possui todos os meios necessários para tratar de todo o espaço da freguesia. Falou acerca da curva existente, quase em frente ao Fórum da CHASA, que permite o acesso ao auto-estrada, vindo da E.N.10, que fica alagada aquando de chuva. Referiu, também, que a via que é paralela à referida anteriormente e que desce da rotunda da Malvarosa até à E.N.10 é quase redundante, pois deixou de servir quando foi construído o acesso à E.N.10, sentido Póvoa de Santa Iria, por baixo da Malvarosa. Falou, ainda, do facto da nova empresa que se instalou em Alverca – a Alliance Healthcare – ter colocado um TP a cerca de 20 metros dos obeliscos do Termo de Lisboa, sendo um monumento histórico deveria ter sido mais protegido. Mencionou que essa empresa poderia, perfeitamente, ter colocado o PT dentro do seu espaço, que é bastante grande. Quis alertar para a limpeza da ribeira da Verdelha. Perguntou se existe algum plano de replantar palmeiras, pois nos últimos anos têm sido abatidas diversas palmeiras. Referiu que, no início daquela semana existiam 3 ou 4 candeeiros que estavam apagados na Praça João Mantas. Terminou.

A Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Carlos Gonçalves, líder da bancada da CDU, que começou por dizer que, durante as obras de repavimentação da Estrada de Arcena, os sumidouros ficaram completamente obstruídos, criando muita aquaplanagem aquando das chuvadas, provocando muitos incómodos à população. Referiu, ainda, que na noite anterior havia passado pela zona da Panasqueira e do Choupal, e verificou que os sumidouros se encontravam obstruídos, pois viu que havia muita água a correr pelas vias e qualificou a situação como sendo de algum cuidado para as entidades competentes.

A Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vítor Torres, da bancada da CDU, que começou por dizer que para a realização de novos lugares de estacionamento na Urbanização da Malvarosa estavam a ser abatidas árvores. Perguntou se está prevista a colocação de árvores na mesma proporção das que foram abatidas na zona. Apresentou, ainda, uma situação muito perigosa – uma passadeira que se encontra perto da entrada da Malvarosa, pelo lado do AKI, na rua que dá para o McDonald's, exatamente no início da rua, está muito mal situada pois os automobilistas não a conseguem ver e referiu que passa lá quase todos os dias e que quase foi atropelado por duas vezes. Sugeriu que a passadeira ficasse mais para dentro da rua, junto às ilhas ecológicas. Terminou.

A Sra. Presidente da Mesa perguntou se alguém tinha alguma declaração de voto a fazer, relativamente à Moção A – “40 Anos do Poder Local Democrático” - e deu a palavra ao Sr. Adão Conde que referiu que a sua bancada se associava e dava os parabéns a todos os autarcas, sendo que a sua intenção de voto seria favorável.

Neste momento foi dada a palavra ao Sr. Carlos Gonçalves que mencionou votar favoravelmente e louvou o poder autárquico que é um poder de proximidade à população. Reforçou a ideia de que, hoje em dia, os autarcas debatem-se com muitas dificuldades para conseguirem contornar algumas das legislações lesivas aprovadas pelo anterior Governo. Quis deixar um louvor a todos os autarcas dos últimos 40 anos.

A Sra. Presidente da Mesa colocou a votação a Moção A, que foi aprovada por unanimidade.

A Sra. Presidente da Mesa perguntou se alguém tinha alguma declaração de voto a fazer, relativamente à Moção B – “Alteração ao Percurso da Carreira 320 que faz a ligação de Alverca do Ribatejo, Estação CP – Lisboa Areeiro” - e

deu a palavra ao Sr. João Fernandes que mencionou o voto favorável da sua bancada e quis congratular a bancada da CDU pela realização da referida moção. O facto de esta carreira ter um percurso diferente era uma situação que desconhecia e frisou a importância da carreira 320 ter um percurso que passe pelo centro de Alverca.

Foi dada a palavra ao Sr. Adão Conde que disse associar-se ao seu conteúdo e insistiu no facto da referida moção ter de ser enviada à Assembleia Metropolitana de Lisboa, lançando o repto à CDU para que insista com o Sr. Eng^o Demétrio para que tome medidas e perceba o que se irá passar nos transportes públicos, dentro dos limites da AML.

Foi dada a palavra à bancada do PS, na voz do Sr. José Chumbo, que mencionou a sua intenção de voto favorável pois, atualmente, o trajeto da carreira 320 não está a servir bem a população de Alverca.

A Sra. Presidente da Mesa colocou a votação a Moção B, que foi aprovada por unanimidade.

A Sra. Presidente da Mesa perguntou se alguém tinha alguma declaração de voto a fazer, relativamente à Moção C – “Infraestrutura complementar ao aeroporto internacional de Lisboa e cluster aeronáutico de Alverca do Ribatejo”.

A bancada da CDU pediu a palavra, na voz do Sr. Carlos Gonçalves, para dizer que não tem condições para votar, porque o assunto a que se refere a moção C é de extrema importância. Mencionou ter conhecimento da existência de muitos alverquenses que não são favoráveis e disse querer auscultar todas as opiniões antes de tomar uma decisão. Lembrou que Alverca havia perdido a sua identidade com a aviação, quando perdeu o seu pólo de identidade, nomeadamente, o museu aeronáutico. Mencionou que tudo o que possa acrescer a essa situação, será bem-vindo se for benéfico à população, no entanto, é um assunto merecedor de uma reflexão profunda. Lembrou que Alverca possui um problema muito grave que tem a ver com a falta de mobilidade. E não se pode estar a acrescentar alterações à cidade sem contemplar uma reflexão sobre esse problema. Para atravessar Alverca nas horas de ponta pode demorar-se cerca de 30 a 40 minutos, o que é demasiado tempo. Ao nascerem mais pólos que possam criar ainda mais entupimento da mobilidade, há que pensar em alternativas concretas, sendo que a moção em análise não contempla esse estudo. Voltou a dizer que a CDU não pode votar isoladamente um aspeto que irá alterar significativamente a cidade de Alverca.

Pediu a palavra o Sr. António Sequeira, da bancada da CDU, para referir que as acessibilidades que Alverca possui são claramente insuficientes para a existência de um aeroporto na sua área de influência. E é uma discussão que vai muito para além da nossa freguesia. Disse ser necessária a existência de uma avaliação aprofundada dos impactos negativos e também das mais-valias que a construção de um aeroporto irá acarretar. Mencionou que a CDU não se encontra em condições de poder votar, de forma leviana, algo de tamanha importância.

Foi dada a palavra ao Sr. Adão Conde que referiu que a CNR se iria associar à referida moção, à semelhança do que havia acontecido na Assembleia Municipal, onde o PS havia introduzido uma moção com a mesma temática. Recordou que há muito tempo que a CNR defende a criação do cluster aeronáutico em Alverca e indicou que foi por proposta da CNR que foi criada a comissão instaladora da associação promotora do cluster aeronáutico de Alverca. Referiu que também votaram a favor quando foi a implantação em Alverca da Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve. Considera a aeronáutica um fator importantíssimo de desenvolvimento e não pode ficar sereno relativamente ao que se passa no país e na área metropolitana de Lisboa. Não pode continuar a aceitar que, relativamente às prioridades na área da aeronáutica, não passe uma única pelo concelho de Vila Franca de Xira e pela cidade de Alverca. Não pode aceitar a discriminação que o Estado faz a Alverca e lembrou que não existe em Alverca uma única iniciativa de investimento. Considera haver discriminação relativamente a outras regiões do país, nomeadamente, Évora e mencionou que isso é inaceitável. Disse não ser admissível que, através de instrumentos artificiais e incentivos comunitários se discrimine quem vive no concelho e, em Alverca, em favor de quem vive em Évora. Afirmou não ser aceitável que se beneficie quem não tem “know-how”, conhecimento ou massa crítica, em prejuízo da maior indústria aeronáutica que temos em Alverca, com quase dois mil trabalhadores afetos a este setor.

Insistiu na importância da indústria e disse que por Alverca estar, aparentemente, próxima de Lisboa não é aceitável esta falta de incentivos.

O Sr. José Chumbo, da bancada do PS, pediu a palavra para dizer que não vê motivo algum para retirar a moção, após o que havia sido dito em assembleia. Lembrou que Alverca tem mais de 90 anos de história ligada à aeronáutica. Como alverquense, disse sentir a aeronáutica dentro de si, teceu várias considerações pessoais para afirmar o seu sentimento de pertença à aeronáutica e mencionou que vê a OGMA, tal como vê outras grandes empresas do concelho, que foram caindo no esquecimento, como a MAGUE, que havia sido desmantelada, assim como outras, que foram caindo no esquecimento e considerou ser importante lutar por aquilo que é de Alverca. Mencionou que os alverquenses devem lutar por aquilo que Alverca tem de bom e pela cultura e conhecimento ligados à aeronáutica e que estão enraizados, há muito, na cidade.

Solicitou a palavra o Sr. António Sequeira, da bancada da CDU, para afirmar que a mensagem da sua bancada não tinha sido bem entendida. Esclareceu que não se trata de gostar ou não gostar de aeronáutica. Lembrou que um aeroporto não é propriamente uma paragem de autocarro e que, se se tratar de aviação comercial, com aviões de 300 passageiros, movimentam centenas de milhões de passageiros por ano. Mencionou estar claro que não seria naquela assembleia de freguesia que se iria decidir se o aeroporto seria instalado em Alverca, ou não. Lembrou que, a ser instalado, provocaria uma poluição sonora imensa, com aviões a levantar e a aterrar de 2 em 2 minutos. Quis deixar claro que não está contra a eventual construção de um aeroporto em Alverca, mas que é necessário ter em consideração uma série de elementos, que nem sequer são da competência das autarquias locais. Repetiu que não pode ser tratada de forma leviana e que a proposta de realização do aeroporto é da competência do Governo. Após a existência de uma proposta concreta e real, então, a Freguesia e o Município deverão pronunciar-se. Referiu que a CDU tem todo o interesse em pronunciar-se acerca deste assunto, mas que *"não vamos imediatamente mergulhar neste mar, pois não sabemos se há rochas pontiagudas debaixo de água"*. Referiu que é por essa razão que a CDU se irá abster de votar. Não é por estar contra ou a favor. Terminou.

Solicitou a palavra o Sr. Carlos Gonçalves, líder da bancada da CDU, para reafirmar que a CDU não toma decisões levianas. Lembrou a situação da retirada do Museu do Ar de Alverca e mencionou que a CDU tudo tinha feito para que tal não acontecesse, assim como disse acreditar que o Executivo tudo tenha feito para que o Museu não saísse de Alverca. Disse que a CDU não está contra a aviação, pois se existe algo estruturante em Alverca e a CDU é a primeira a defender, é a sua ligação ao rio, à aviação, à recuperação do seu centro histórico e ao desenvolvimento do comércio tradicional. Mencionou que são questões pelas quais a CDU se debate no seu dia-a-dia e se orgulha de estar na linha da frente. Como toda a questão referida tem um grande impacto em Alverca e como representam muitas pessoas que confiaram na CDU com o seu voto, não tomam decisões sem consultar essas mesmas pessoas. Mencionou ser do conhecimento da CDU que na população de Alverca há determinados aspetos fundamentais a ter em linha de conta, tais como a mobilidade e os impactos referidos pelo camarada António Sequeira, que vêm na sequência da questão levantada pela moção em análise e que afetam a população de todo o concelho, que requerem uma discussão e aprofundamento prévios a qualquer tomada de posição do partido. Terminou.

Foi dada palavra ao Sr. Adão Conde, líder da bancada da CNR, que afirmou que a coligação que representa apenas se pronuncia acerca da moção e, o que esta diz é que os membros da assembleia exigem mais transparência e clareza por parte do Governo, quanto às escolhas, pois é sugerido na moção que Alverca tem potencialidades -- e que estas sejam estudadas -- para receber os voos da classe executiva. A moção diz, ainda, que devem ser desenvolvidos os esforços para a instalação da infra-estrutura e do cluster aeronáutico. Indicou que a Assembleia de Freguesia tem toda a competência para votar relativamente às questões que acabou de mencionar. Relativamente à questão da leviandade, lembrou que aquele assunto já é discutido há muito e que a CNR também está na linha da frente no que toca à sua discussão. Como é um assunto conhecido da CNR, esta irá votar a favor. Terminou.

Solicitou a palavra o Sr. José Chumbo, líder da bancada do PS, para lembrar que uma moção tem várias fases: a primeira fase é introdutória, a seguinte é de explicação e, por fim, tem uma fase de conclusão. São três pontos que,

em nada, vão beliscar a capacidade de decisão, ou que aquela assembleia iria tomar uma posição dura e firme, em defesa do cluster aeronáutico. Terminou.

A Sra. Presidente da Mesa colocou a votação a Moção C, que foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS (9 votos) e da CNR (2 votos) e com as abstenções da CDU (7) e do BE (1).

Pedi a palavra o Sr. Carlos Gonçalves para afirmar que a sua bancada iria entregar posteriormente uma declaração de voto.

A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia deu, então, a palavra ao Sr. Afonso Costa, Presidente da Junta, para que pudesse responder às questões apresentadas.

O Sr. Afonso Costa começou a sua intervenção agradecendo a presença de todos. Respondendo ao Sr. José Chumbo, sobre as hortas urbanas, disse ser uma realidade que estas se encontram em fase de construção na Urbanização do Moinho de Ferro, entre a Quinta da Ómnia e o rio Crós-cós. Mencionou estar previsto que as hortas fiquem prontas até ao final do mês de dezembro, assim como o regulamento será aprovado em reunião de Câmara, de modo a que haja inscrições durante o mês de janeiro, sendo que no final desse mês se poderá fazer a atribuição. Explicou que será a Câmara a proceder à atribuição, uma vez que são geridas pela própria Câmara Municipal. Na Junta de Freguesia são registados os nomes das pessoas interessadas e quando o edital e o regulamento com as datas estiverem disponíveis, irá proceder-se à informação das pessoas. No que concerne aos dois postos de correios – no Bom Sucesso e no Sobralinho – têm das maiores afluências (dados enviados pelos CTT). É um serviço que a Junta presta à população e também aos CTT. Explicou que os CTT são uma empresa privada e que pagam à Junta cerca de duzentos e tal euros por mês. É um serviço social que é prestado à população do Sobralinho e do Bom Sucesso e Arcena, mas disse ter noção que também presta um serviço aos CTT. Disse esperar que, tal como havia sido falado no último concelho geral da ANAFRE, seja visto junto com os CTT a elaboração de um novo protocolo, pois o atual apenas serve uma das partes. Relativamente às pracetas 1 e 2 da Quinta das Drogas, assunto focado pelo Sr. Lourenço, explicou que é uma obra que está orçamentada em mais de 150 mil euros e não se encontra dentro das possibilidades da Junta de Freguesia. Informou que no dia 24 de novembro esteve com técnicos da Câmara Municipal a visitar o local e o projeto que se irá desenvolver é muito idêntico, com algumas alterações, a um projeto apresentado por um morador há cerca de dois anos, aquando de uma proposta para o Orçamento Participativo. A Câmara está a desenvolver um projeto baseado nesse projeto apresentado por um munícipe. Disse que seria bom que pudesse ser feito até ao fim do mandato.

No que concerne aos pinheiros existentes nas ruas Fernando Namora e António Sérgio, mencionados pela Sra. Carla Tavares, esclareceu que não sabe se já vieram os pareceres por parte da Câmara, pois todo o ramo que tenha mais de cinco centímetros de diâmetro tem de se pedir parecer à Câmara. Se se verificar que os pareceres ainda não chegaram irá reforçar os pedidos à Câmara Municipal. Esclareceu que as podas foram iniciadas em novembro e irão prolongar-se até março. A zona referenciada ainda não foi alvo de podas, apesar da CHASA já ter sido contemplada em diversos locais, no entanto, até março todos os locais serão contemplados.

Relativamente ao entulho mencionado pelo Sr. Pedro Ferreira, disse que o entulho que estava junto ao ecoponto já havia sido recolhido, mas que ainda existe muito entulho num terreno privado com uma vedação danificada, sito na rua da Cumeira, junto ao prédio que está ao lado da Casa do Músico. Disse que iria averiguar. Relativamente ao entulho na rua Casal do Moledo e na rua da Paz disse ter a sensação que já havia sido recolhido, mas apenas os móveis. Disse ter tomado nota para averiguar. Mencionou que naquele momento estavam a proceder às podas e à limpeza das sarjetas, mas que depois iria tratar do assunto.

Quanto à rua Dr. José Eduardo Vieira, mencionada pelo Sr. Carlos Gonçalves, que se prolonga até à Estrada de Arcena, referiu que houve um problema quando foram feitas as recargas junto ao paredão, na ponta, junto ao rio Crós-Cós, mas que já havia sido resolvido com a construção de um sumidouro com mais capacidade. Lembrou que

no dia anterior tinha caído demasiada precipitação e considerou normal a ocorrência de muita água na estrada. Mencionou que quando a Junta fez uma intervenção na Estrada de Arcena, no Bom Sucesso, junto ao centro comercial, onde foram construídos os novos passeios, foram abertas todas as sarjetas nesse troço e foram feitas as ligações até às caixas.

Explicou que estão a ser construídos alguns estacionamentos na urbanização da Malvarosa, na rua Eng. Moniz da Maia, assim como alguns espaços verdes. Mencionou que foi tratado entre a Câmara Municipal e a Comissão de Moradores, que têm reunido frequentemente para tratar de vários assuntos ligados à urbanização. Explicou que a marcação ficou parada, porque teve de ser feita uma alteração, sendo que após aprovação nos órgãos autárquicos ela irá ser retomada. Esclareceu que já está a ser requalificada a parte da relva e disse não ter conhecimento de que tinham sido tiradas árvores. Referiu que iria fazer chegar junto da entidade que está a executar a obra, os alertas que foram mencionados em assembleia. Sobre a passadeira na rua Josué Romão Martins disse que iria averiguar, mas mencionou crer que a passadeira se encontra visível e que tem sinalização vertical. Remeteu para verificação no local.

Respondendo ao Sr. João Fernandes, chamou a atenção para o facto do edital constar na página da Junta de Freguesia, com um pdf que é descarregado e contém toda a ordem de trabalhos e tem a data da assembleia atualizada e corrigida. Falou do lapso que havia sido corrigido. Mas esclareceu que no separador dedicado à Assembleia de Freguesia sempre esteve bem. Sobre o Fórum, concordou que é um espaço que esteve fechado durante muitos anos, mas que o Executivo achou por bem abrir ao público, com muitos encargos e custos, mas é um equipamento de algum nível e deve estar ao serviço da população. Lembrou que foi feito inicialmente um protocolo com o Grupo "Artifontinhas", onde a questão da limpeza de manutenção de área é feita pelo grupo e encontra-se incluída numa das cláusulas. As grandes limpezas são feitas pela Junta de Freguesia. O grupo deve comunicar à Junta todas as ocorrências. Solicitou ao Sr. João Fernandes, uma vez que é frequentador com "A Companhia", sempre que haja alguma necessidade ou alterações que faça chegar à Junta, sem ser necessário esperar pelas sessões da Assembleia. Mencionou que tanto "A Companhia" como "O Artifontinhas" se encontram a desenvolver um bom trabalho e a dar vida ao Fórum, que deve ser bem aproveitado. Afirmou que iria contactar a empresa que procede à desbaratização dos mercados para que possa atuar no Fórum. No que toca aos produtos fitofarmacêuticos, informou que não é um método constante e revelou que iria ser feita a experimentação, em janeiro, de uma amostra com uma máquina a quente que dizem que consegue proceder à extirpação de ervas daninhas. Informou que é uma máquina volumosa e que terá de se deslocar com um dumper ou com um veículo a acompanhar. Ao ser feito esse teste e se o resultado do investimento for compatível, então disse que o Executivo iria apostar no método descrito. Explicou que a freguesia da Lourinhã aderiu a este método e tem tido bons resultados. Se, após a demonstração forem obtidos bons resultados, em março, aquando da revisão orçamental será inserida essa despesa, para se poder adquirir a máquina.

Respondendo ao Sr. Adão Conde, disse que a Junta possui alguns meios mecânicos, como sopradores e aspiradores, mas como há pouca quantidade de folhas não têm sido muito utilizados. O que costuma acontecer é que os trabalhadores "sopram" as folhas para as juntar num monte e depois recolhem. Sobre o almoo/convívio de Natal com os funcionários, mencionou ter muita pena de não poder continuar a fazer, pois eram momentos de grande convívio, mas a lei ainda não mudou. Lembrou que, quando surgiram dúvidas, foram pedidos pareceres à ANAFRE e à DGAL e os mesmos vieram negativos. Revelou que existem autarquias que fazem de outras formas, mas a Junta de Alverca e Sobralinho cumpre os pareceres e atua de forma legal. Informou que houve uma tentativa de compensar os funcionários de outras formas, tais como a concessão de mais pontes, durante o ano de 2016. Sobre os galardões de mérito, pediu que o Sr. Adão Conde fizesse chegar a proposta, com nomes e currículos, que o Executivo iria analisar. Sobre a curva que estava inundada de água, disse pertencer à Estrada Nacional 116, mas têm sido sempre os Bombeiros, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia a intervir. Ainda no próprio dia houve uma grande chuvada e a equipa da Junta teve de intervir, em conjunto com os Bombeiros. Mencionou ser um ponto crítico. A limpeza da ribeira da Verdelha irá ser feita em 2017. É uma informação dada pela Câmara Municipal, aquando da comunicação

sobre o mapa de intervenções. Informou que, para além da ribeira da Verdelha, também será feita a limpeza do rio Porto, desde Arcena até à sua ligação com a ribeira das Silveiras. Mencionou que não iriam ser feitas **replantações de palmeiras** e as outras espécies arbóreas não seriam colocadas nos mesmos locais das palmeiras. Explicou que os toros foram retirados, mas que não se conseguiu retirar todas as raízes. Informou que nas últimas duas semanas foram plantadas 8 árvores e, quando o orçamento for aprovado, pois existe uma verba reforçada para a aquisição de árvores, será feita uma plantação de muitas árvores entre janeiro e fim de março. Informou que os **candeeiros da rua João Mantas** já se encontram ligados. Explicou que houve dois problemas: o da iluminação pública normal que tinha sido reparada no dia anterior e existiam três candeeiros que estavam no arranjo urbanístico que se fez no Largo, mas como não eram estandardizados, a EDP que estava no local não tinha material para eles. Explicou que a EDP voltou no dia seguinte e pensa que também já estejam reparados. Terminou a sua intervenção.

O Sr. António Sequeira, da bancada da CDU, solicitou a palavra para falar sobre a questão do **glifosato** e que o corpo humano contém detritos provenientes desse químico devido ao facto do seu uso estar tão disseminado na extirpação de ervas nos passeios e caminhos mas, sobretudo pela sua utilização na indústria agro-alimentar, o que considera gravíssimo. Lembrou que existem métodos mais saudáveis para dominar as ervas dentro do espaço urbano, e mencionou que a aplicação desses produtos é desadequada, atualmente. Referiu a queima das ervas ou os métodos mecânicos, que se constituem como menos prejudiciais à saúde. Mas afirmou que há situações em que não existem alternativas à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente, a eliminação de canas, pois ao fim de pouco tempo elas nascem de novo. Mencionou que esses produtos devem ser adquiridos tendo em conta o seu grau de não poluição, pois considerou que devem existir produtos menos poluentes no mercado e com o mesmo grau de eficácia. Terminou.

Pedi a palavra o Sr. Lourenço, da bancada do PS, para solicitar ao Sr. Presidente que pedisse parecer à Câmara Municipal para saber quais as melhores árvores de pequeno/médio porte para colocar na cidade, para evitar que fiquem sempre em conflito com os prédios de Alverca, pois as ruas são estreitas, na sua grande maioria. Para evitar, precisamente, que haja complicações com os moradores, de futuro.

A Sra. Presidente da Mesa, pelas 22h00, informou que não houve inscrições para se dar seguimento à **Intervenção do Público**, tendo dado esse ponto por terminado.

Deste modo, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia entrou na **Ordem do Dia** e iniciou com o **1º Ponto da Ordem de Trabalhos**, introduzindo a **Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia**.

Foi dada a palavra ao Sr. Adão Conde, da bancada da CNR, que disse ter duas questões breves: sobre o ponto 2 da página 3 sobre o Fórum dos Bombeiros, quis saber se há questões relevantes e sobre o ponto 26 da página 5 que tem a ver com o colóquio da Universidade Lusófona do Meio Outdoor e quis saber o que foi tratado concretamente, pois o que está escrito é um pouco dúbio.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente do Executivo mencionou que o Fórum dos Bombeiros foi uma iniciativa de todas as corporações de bombeiros do concelho onde se fez um ponto da situação sobre diversas questões – funcionamento, financiamento e questões relativas ao combate e atuação dos bombeiros no terreno. Mencionou a existência de um relatório sobre esse 1º Fórum dos Bombeiros e que, se as bancadas estiverem interessadas, podia fazer chegar aos eleitos, para consulta. Relativamente à questão do colóquio sobre os outdoors, disse que estiveram presentes, pois quiseram acompanhar a legislação existente e um dos pontos fundamentais discutidos é que devem ser apenas as empresas licenciadas a colocar outdoors no espaço público. Mencionou que foi criada uma associação que irá proceder ao licenciamento, mediante alguns critérios, das empresas que colocam os outdoors. Para a Junta é importante, pois muitas vezes aparecem os placards e ninguém sabe de quem é. Os painéis irão passar a ter o nome da empresa gestora e do n.º de registo nessa associação. Terminou.

Tomou da palavra o Sr. Adão Conde para lembrar que a Câmara Municipal tem um regulamento municipal sobre publicidade exterior, aprovado em Assembleia Municipal, e que seria importante considerar todas as alterações mencionadas no colóquio, para integração nesse regulamento. O que permitiria à Junta de Freguesia atuar com mais veemência, tendo por apoio o regulamento municipal atualizado.

O Sr. Afonso Costa respondeu, afirmando que estavam a ser preparadas normas atualizadas, para que o próximo Executivo que vier em 2017 possa prosseguir com a boa regulamentação das publicidades exteriores.

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia entrou no **2º Ponto da Ordem de Trabalhos**, sobre a **Proposta de Alteração ao Regulamento do Trânsito do Município de Vila Franca de Xira, anexo de Alverca**.

O Sr. Presidente do Executivo explicou que estava a haver uma intervenção por parte da Câmara Municipal na Urb. Malvarosa e um dos pontos focados pela Comissão de Moradores tinha sido a falta de estacionamento no local. Explicou que foi feita uma avaliação entre os lugares definidos no projeto inicial e os que realmente estão feitos e chegou-se à conclusão que a comissão dos moradores tinha razão e faltavam muitos lugares dos inicialmente previstos. Uma das soluções encontradas situa-se na rua Eng. Moniz da Maia, que se concretiza pela ocupação de parte do espaço verde, para estacionamento, porque é uma rua sem saída e tinha mesmo de ser. Outra solução encontrada é a criação de um único sentido, entre os lotes n.º 6 e n.º 16, para criar estacionamento do lado do alameda. Falou, ainda, de outra alteração, na rua Eng.º Vaz Guedes, que foi determinado não ter largura suficiente para ter dois sentidos, sendo que o troço entre a Av.ª da Mague e a entrada da Praça, passa a ter apenas um sentido, mantendo-se o atual estacionamento. Informou que, existem outras bolsas de estacionamento que irão ser criadas, como se pode verificar na documentação, mas que não irão interferir nem com o regulamento de trânsito, nem com os sentidos de tráfego.

Foi dada a palavra à bancada da CDU, na voz do **Sr. Carlos Gonçalves**, que quis focar algumas questões. O facto de se terem criado bolsas de estacionamento na rua Eng.º Moniz da Maia faz crer que o passeio desapareceu, para se dar lugar às mesmas.

Neste momento, o Sr. Presidente, Afonso Costa frisou que essa alteração não consta da alteração que estavam a votar em assembleia.

Ao que o Sr. Carlos Gonçalves concordou que, realmente, não constava do documento, mas considerou ser uma informação importante a destacar. Mencionou que, daquilo que se pode aferir da obra no local é que o passeio irá ser feito onde se está a derrubar árvores. Avaliou que as árvores mencionadas poderiam ter sido recolocadas em outro local, na encosta abaixo, mas considerou que foram “vandalizadas” e destruídas de tal forma, que não se podem replantar. Seria importante manter o espaço verde, noutra local. Relativamente à rua Eng.º Vaz Guedes, há um conjunto de lugares de estacionamento, do lado direito e indagou se irão ser construídos outros lugares do lado esquerdo.

O Sr. Presidente Afonso Costa respondeu que serve para legalizar os que já estão construídos. Informou que já se chegou a acordo com a EPAL para se construírem duas passagens pedonais entre a rua Moniz da Maia e perto da escola.

O Sr. Carlos Gonçalves falou da rua que irá dar à rotunda da Sagres e perguntou se iria ter um ou dois sentidos de trânsito.

O Sr. Afonso Costa mencionou não poder responder, por não ter dados concretos.

O Sr. Carlos Gonçalves espelhou preocupação com o facto de muitos moradores poderem utilizar a urbanização Malvarosa e o referido acesso, para fugir ao trânsito e entrar diretamente na rotunda da Sagres, sendo que tal não aconteceria se apenas tivesse um sentido de trânsito.

O Sr. Presidente do Executivo lembrou que, a ser considerado, terá de ser aprovado naquela assembleia.

Foi dada a palavra ao **Sr. Adão Conde, da bancada da CNR**, que explicou sentir alguma tristeza e indignação ao analisar o 2º ponto da ordem de trabalhos, pois existe uma Comissão de Trânsito naquela Assembleia que foi à Malvarosa num sábado de manhã, esteve com membros da Comissão de Moradores e foi enviado documento a solicitar parecer à Câmara Municipal, sendo que esta não respondeu. E a Câmara Municipal, diretamente com a Comissão de Moradores, faz uma série de alterações ao regulamento de trânsito e aquela assembleia vai fazer “voto de cruz”. Requereu saber se naquela assembleia estavam autarcas de segunda ou de terceira. Indignou-se e mencionou ser uma tristeza. Não quis falar das questões de pormenor, assim como a CDU havia feito, e com pertinência. Apenas mencionou o topo do impasse da rua Engº Moniz da Maia, que atualmente tem a chamada “raquete” que acaba no impasse e na alteração proposta transformam numa mini-rotunda, sem se perceber para quê. Lembrou que são todas questões que deviam ser analisadas em sede de Comissão de Trânsito. Solicitou que se registasse em ata a indignação da bancada da CNR face a esta atitude da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira perante a Comissão de Trânsito que reuniu, foi ao local, falou com os moradores, enviou um pedido de parecer à Câmara e não obteve resposta. Mencionou que não iriam votar a favor, por causa da atitude da Câmara Municipal.

O Sr. Afonso Costa interviu para dizer que as duas alterações que foram mencionadas no documento não faziam parte do dossier da Comissão de Moradores, nem foram ao local. Ambos concordaram que, o interesse da Câmara Municipal, assim como da Comissão de Trânsito da Assembleia, era de que os moradores ficassem mais satisfeitos com as soluções encontradas. O Sr. Afonso Costa explicou que nunca se consegue agradar a toda a gente e, lembrou a sua entrada para aquele cargo há 11 anos atrás, e dos esforços que eram feitos para que as pessoas ficassem todas satisfeitas, mas nunca se conseguia agradar a todos.

Foi dada a palavra ao **Sr. João Fernandes, da bancada do BE**, que disse não ter nada a opor às alterações propostas ao Regulamento de Trânsito, sendo uma justa reivindicação dos moradores. Lamentou que, para se conquistarem lugares de estacionamento tenham de se perder espaços públicos verdes e a colocar passeios em outros locais. Considerou que as árvores retiradas devem ser colocadas noutra lugar. Referiu recear que a construção dos lugares de estacionamento mencionados não sejam suficientes e referiu que é necessário trabalhar para que mais alterações sejam feitas, e deu os exemplos de não existirem autocarros a circular dentro da Malvarosa, não existirem entradas pedonais com segurança. Indagou o Executivo sobre o projeto inicial, que não foi concretizado, de haver uma passagem pedonal até ao Jumbo e quis saber pormenores. Mencionou que é necessário pensar em alternativas de mobilidade mais sustentáveis, para que a médio / longo prazo seja agradável conviver com o estacionamento automóvel na Malvarosa. Terminou.

Foi dada a palavra ao **Sr. David Costa, da Bancada da CDU**, para falar sobre o processo e dizer que tem conhecimento que os condomínios dos prédios entre os lotes 6 e 16 não foram consultados. Informou que no ano em curso faz parte da Administração do condomínio do seu prédio, que se situa nos lotes referidos e não recebeu qualquer informação neste sentido. Mencionou que a alteração imposta devia ter sido mais participada, nomeadamente, consultando os intervenientes diretos afetados com a alteração, pois para irem para o seu prédio vão ter de dar uma volta muito maior. Disse estimar muito a atuação da Comissão de Moradores, mas deviam ter consultado os demais moradores afetados. Requereu saber se o Sr. Presidente está em condições de explicar o sucedido. Afirmou ter a certeza que o projeto em causa ficaria mais satisfatório, ainda, se tivesse sido mais participado. Quis reforçar a questão do futuro acesso à rotunda da Sagres, pois poderá trazer um fluxo de trânsito demasiado grande para dentro da urbanização, nomeadamente, em horas de ponta. Terminou.

Foi dada a palavra ao **Sr. José Chumbo, da bancada do PS**, que indicou o sentido de voto favorável relativamente às alterações propostas. Quis deixar uma pequena nota, referindo que o respeito entre instituições deve ser preservado e fomentado, para que se evite a formação de comentários. Lembrou que a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho tem uma Comissão de Trânsito, que visitou o local, por diversas vezes, ouviu os moradores e, dentro das suas competências, solicitou parecer aos serviços da Câmara Municipal de Vila Franca de

Xira e, até à data, não recebeu resposta. Clarificou que o Poder Central, por vezes não quer saber do Poder Autárquico, mas no Poder Autárquico, por vezes, também não querem saber uns dos outros. Terminou.

Foi solicitada a palavra por parte da CDU, na voz do **Sr. Carlos Gonçalves**, que afirmou votar favoravelmente, mas que quis deixar algumas notas. Com razão, a Comissão de Moradores indicou que existem estacionamento em falta. Competia ao promotor ter construído os lugares em falta, mas é a Câmara Municipal quem vai custear a obra e são os contribuintes quem vai pagar. Lembrou que a Câmara se encontra relutante em acionar as garantias bancárias que permitiam ter resolvido estes problemas sem honorários para todos os contribuintes. Frisou que a Câmara não vai acionar as garantias bancárias, mas como foi pressionada pela Comissão de Moradores, que no seu direito e no seu dever defende a sua urbanização, vai fazer ela própria a obra. Mencionou concordar com as bancadas do PS e da CNR, no ponto em que é referido que as alterações deviam ter sido trazidas à Comissão de Trânsito, previamente aquela Assembleia. Frisou que o processo foi feito ao contrário, pois não foi auscultada a Comissão de Trânsito. Mencionou que a sua bancada não se encontra minimamente agradada com a situação, mas que, excepcionalmente, iria votar a favor, pois o interesse da população está em primeiro lugar, tendo sempre em linha de conta, que não se pode agradar a gregos e a troianos. Lembrou que a esmagadora maioria da população da Malvarosa utiliza carro e precisa estacionar.

O **Sr. Adão Conde, da bancada da CNR** fez uma declaração de voto, explicando que iria abster-se, porque todo o processo deveria ter tido em consideração a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e a sua Comissão de Trânsito.

Este ponto n.º 2 foi aprovado com 17 votos a favor (PS, CDU e BE), 2 abstenções (CNR) e 0 votos contra.

Tomou da palavra o **Sr. Afonso Costa**, para falar sobre o **3º Ponto – Proposta do Orçamento de Receita, Despesa, PPA e PPI de 2017**. Passou a apresentar o ponto:

“Os documentos previsionais da freguesia para o ano civil e financeiro de 2017 que ora apresentamos e cuja aprovação integra a ordem do dia da sessão da Assembleia de Freguesia que hoje realizamos, e que é o último deste mandato autárquico.

Este é um documento realista, objetivo e rigoroso que se traduz na continuidade de uma gestão sólida, equilibrada e transparente das contas onde pretendemos que a freguesia continue a ter as contas em dia, respeitando os prazos legais de pagamento, como nos habituámos nos últimos anos, e que muito temos valorizado.

Este Orçamento prevê na sua dotação inicial 1.822.272,00 euros, que reflete um aumento de 37.181,00 euros, 2,04 % em relação ao orçamento inicial de 2016.

Na análise das receitas importa referenciar, que pelo terceiro ano consecutivo não se regista qualquer aumento das taxas a aplicar na freguesia, e a dificuldade e incerteza quanto às receitas da publicidade comercial devido, à aplicação do licenciamento zero, e à falta de competência legal da Junta de Freguesia na área da fiscalização.

Na rubrica da despesa onde se incluem os PPI e PPA, destacamos o seguinte:

A continuação do Orçamento Participativo, com verbas para Alverca do Ribatejo e para o Sobralinho. O reforço de verbas no investimento que temos vindo a prosseguir, visando a melhoria das condições de trabalho e de operacionalidade dos serviços, bem como continuar a proceder à abertura de procedimentos concursais necessários ao apetrechamento dos quadros da junta de freguesia, a conclusão dos novos balneários nos nossos armazéns e a elaboração do projeto para a instalação dos balneários centrais nos Lavadouros, o alargamento dos balneários do Sobralinho e a instalação de um refeitório.

Nesta mesma rubrica (despesas) agora em apreciação, assumem particular importância as questões da limpeza urbana, com um aumento significativo, na ordem dos 67,35 %. Também da mobilidade, da manutenção dos espaços

verdes, com a continuação da aposta na requalificação e construção de caminhos pedonais e de calçadas, na renovação do mobiliário urbano na criação de novas bolsas de estacionamento (de salientar a criação de um novo Parque de Estacionamento na Rua 4 de Junho), a recuperação do património da freguesia como a conclusão da requalificação dos Lavadouros de Alverca, e A-dos-Melros e uma aposta clara e bastante significativa na continuação da recuperação dos Parques Infantis da freguesia e a construção de um novo na Quinta da Vala.

O Movimento Associativo, parceiro fundamental e insubstituível na nossa União de Freguesias, vê a sua dotação aumentar com a manutenção de todos os anteriores protocolos, com a proposta de novos protocolos com o Grupo Coral "Os unidos" do Baixo Alentejo, Grupo de Teatro Cegada e a Escola de Fado de Alverca, assim como a realização de contratos programa para o "Grande Prémio de Atletismo" e o "Circuito de Ciclismo".

No âmbito Cultural, destacamos, o mês da Música, o Concerto do Dia da Cidade (em 2017 terá a atuação da Banda da Marinha), o Maio Cultural, a Culturalverca, o espetáculo "Maio Maduro Maio", o Festival da Juventude, o apoio aos grupos de Teatro (Cegada, Artifontinhas e a Companhia) o apoio às tradicionais festas da Cidade e de São Pedro e às do Divino Espírito Santo, assim como a continuação das iniciativas da Rede Social, da Amostra de Arroz Doce e do Artesanato, das comemorações do Dia da Cidade de Alverca e da Elevação a Vila no Sobralinho e das tradicionais Marchas Populares pelo São Pedro.

Vos serviços, a aposta na continuação do apoio jurídico, nos gabinetes do CLAI e GIP, no Atendimento Integrado, e na manutenção dos dois postos dos CTT.

De referir que este documento foi remetido a todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia; no entanto, de todas as forças políticas, só a CNR participou, e apresentou propostas, contribuindo para o enriquecimento do documento.

Não posso terminar, sem deixar uma palavra de reconhecimento para enaltecer os trabalhadores da União de Freguesias, que são o suporte da organização e a imagem do trabalho e da dedicação que é colocada, diariamente, ao serviço da população."

Neste momento, passou a palavra ao **Sr. José Manuel Peixeiro, Tesoureiro da Junta de Freguesia**, que passou a apresentar o ponto:

"O Orçamento de Receita, Despesa, PPA e PPI de 2017 da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho é um orçamento com elevado rigor contabilístico, cujos documentos foram elaborados de acordo com as necessidades previstas para a freguesia. São documentos previsionais de receitas e despesas que estarão sujeitos às normais correções e adaptações no decorrer do ano de 2017. O total geral do orçamento apresentado para o ano civil de 2017 é de 1.822.272,00 euros, traduzindo um valor superior de 2,4% com referência ao orçamento inicial em vigor no corrente ano de 2016. Apesar das competências das Juntas de Freguesia serem, essencialmente, de gestão corrente, o presente orçamento apresenta, também, uma verba para investimentos, correspondente a 10,58% do orçamento global, no valor de 192.880,00 euros, o que significa que este Executivo também pretende dar atenção às despesas de investimento na freguesia, conforme se demonstra nos PPI anexos. Após esta introdução, apresentamos e explanamos os elementos financeiros necessários que foram entregues à disposição dos eleitos para apreciação e discussão nesta Assembleia de Freguesia, por forma a facilitar uma melhor leitura no entendimento dos documentos que V. Exas. irão apreciar e votar de acordo com as responsabilidades que vos foram conferidas."

Foi dada a palavra ao **Sr. Rui Moreira, da bancada do PS**, que quis demonstrar o regozijo da sua bancada face ao orçamento apresentado. Mencionou ser uma gestão que, de há 11 anos a esta parte, mantém os pagamentos a fornecedores em dia, não tem dívidas, tem as suas obrigações com a ADSE regularizadas, e possui uma forma de estar que deixa a sua bancada satisfeita. Frisou ser um Orçamento que apresenta um aumento da Receita e, também, um aumento da Despesa apontada para situações entendidas necessárias na União de Freguesias, com reforço em áreas consideradas importantes, para a sua bancada. Enalteceu o facto de não haver aumento de taxas

desde há 3 anos e, contudo, ter havido um aumento das receitas. Mencionou ser o reflexo de uma gestão eficiente, que se preocupa com o dia-a-dia e que, para além do aumento das parcerias com coletividades, tem preocupações em dar condições de trabalho mais adequadas aos trabalhadores da Junta de Freguesia. Referiu que a sua bancada iria votar favoravelmente à proposta de Orçamento apresentada. Terminou.

Foi dada a palavra ao **Sr. João Fernandes, da bancada do BE**, que quis referir algumas notas positivas, nomeadamente, no investimento à cultura, com os novos protocolos com os grupos “Unidos do Baixo Alentejo”, “Escola de Fado” e o “Cegada” e perguntou que tipo de contrapartidas apresentam, no que concerne ao trabalho com a comunidade. Quis enaltecer o facto de a Junta de Freguesia continuar a assegurar o funcionamento dos postos dos CTT do Bom Sucesso e do Sobralinho. Considerou positiva a candidatura a projetos de sistemas de energia renováveis e a aquisição de mais árvores. Sobre a pintura de parqueamentos, que considerou positiva, pois impede situações de estacionamento desordenado, perguntou se já se sabe onde será executado em primeiro lugar. Também indagou sobre os locais escolhidos para a implementação de rampas. Elogiou a implementação do parqueamento para bicicletas, uma vez que foi um pedido de um dos proponentes ao Orçamento Participativo do corrente ano, sendo que o Executivo havia mencionado que não iria concretizar tal parqueamento, uma vez que o iria incluir no Orçamento para 2017, o que se concretizou. Perguntou acerca da rubrica que menciona “reforço de ciclovias” e quis saber quais são as ciclovias que existem para serem reforçadas.

Passou a perguntar acerca de algumas rubricas sobre as quais pediu esclarecimentos, devido ao facto dos seus valores terem subidas significativas. Na rubrica “ Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos” houve uma grande subida de valores e mencionou crer que se deve à remuneração dos dois eleitos, mas solicitou confirmação. Na rubrica “Vigilância e segurança” os valores passaram quase para o dobro e perguntou a que se deve. Na rubrica “Sinalização e trânsito” também houve uma grande subida e quis saber porquê. A “Aquisição de serviços de limpeza urbana” é quase o dobro do valor de 2016. Conferiu que as Festas de Alverca e também as do Sobralinho têm um valor superior, assim como as suas aquisições de serviços e perguntou quais serão as novidades que permite encarecê-las.

Pelo contrário, também existem outras rubricas que desceram consideravelmente. Na rubrica “Mercados e instalações de fiscalização sanitária”, o seu valor desceu para quase metade e perguntou a que se deve. Para que as despesas enumeradas possam ser executadas, é importante que as receitas previstas se realizem. Referiu que as receitas próprias da Junta de Freguesia são uma parcela mínima do bolo de receitas que a Junta tem. No entanto, todos os valores de receitas próprias da Junta de Freguesia têm valores iguais ao ano de 2016 ou valores superiores, em alguns casos. Quis saber quais as razões do otimismo do Executivo, para considerar que em 2017 tudo vai correr melhor, em termos de receitas próprias, relativamente ao ano de 2016. Terminou.

Foi dada a palavra ao **Sr. Carlos Gonçalves, da bancada da CDU**, que afirmou já terem sido abordadas algumas questões pelo BE, mas que as iria reforçar. Indagou acerca do grande aumento (cerca de 1/3 em acréscimo) dos valores na rubrica “ Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos”. Na rubrica de aquisição de serviços de limpeza e higiene são mencionados valores de 114.000,00€ e perguntou a que tipo de serviços se refere. Quis saber se se preencherem os lugares do quadro que se encontram vagos, se se consegue diminuir os custos e melhorar os serviços. Nas comunicações não se vê grande acréscimo relativamente ao ano anterior, mas continua a ser um valor substancialmente elevado – 20.800,00€. Perguntou se haverá possibilidade de renegociar os contratos e fazer baixar os valores. Na vigilância e segurança passa-se a mesma coisa – 41.300,00€ -- será que não se pode renegociar os contratos. Na sinalização e trânsito, porquê valores tão elevados – 43.050,00€.

Quis frisar, também, alguns aspetos positivos como a manutenção dos serviços de proximidade, a eliminação de barreiras arquitetónicas na via pública. Disse esperar que parte do investimento não seja para remover algumas barreiras recentemente colocadas e deu o exemplo do sinal de trânsito colocado no Bom Sucesso, na Estrada de Arcena, junto à Churrasqueira, mesmo no meio de um lugar de estacionamento. Elogiou o apoio ao comércio local, mas considerou que 500,00€ se tornam irrelevantes para promover o comércio local. Mencionou a insatisfação de

alguns vendedores de comércio local relativamente às feiras promovidas pela Junta de Freguesia, pois fazem concorrência na venda de alguns produtos, quando podiam ser coisas complementares.

Mencionou que o Orçamento reflete opções que não são as da CDU. A tomada de decisão seria feita tendo em consideração as prioridades e em função da população. Fez a declaração de voto, declarando que a CDU não iria votar favoravelmente, pois não se revê no Orçamento proposto. Por isso iria abster-se. Terminou.

Foi dada a palavra ao Sr. Adão Conde, da bancada da CNR, no entanto, não é audível a sua intervenção.

Respondendo às questões, **o Sr. Afonso Costa, Presidente do Executivo**, dirigiu-se ao Sr. João Fernandes sobre os novos **protocolos**, dando o exemplo dos ranchos folclóricos explicou que é atribuído um valor e existem algumas obrigações a que os grupos estão sujeitos, nomeadamente, atuações ou espetáculos para usufruto da população. Falou da aposta nas **energias renováveis**, pois existem 3 projetos em mente, sobre os quais as Juntas de Freguesia puderam concorrer a fundos comunitários. Explicou que é a primeira vez que tal é possível, sendo que os referidos fundos poderão vir até 80% do custo. Os 3 projetos a que a Junta concorreu são: colocação de painéis solares, em especial, no viveiro / armazém da Junta, sendo que foi feito um estudo em que dá para colocar todos os equipamentos a funcionar com energia solar, assim como os balneários. Também irão ser colocados alguns painéis solares no edifício sede, mas mais pequenos, para não alterar a arquitetura exterior. A Junta também concorreu a um projeto para substituir toda a iluminação do edifício sede por lâmpadas LED. Irão ser reforçadas as **pinturas dos parqueamentos e, sobretudo, das passadeiras**, que inicialmente irão ser feitas na CHASA e em Arcena, por serem os pontos mais críticos. Seguir-se-ão outros pontos das duas freguesias, mas não é possível fazer em todo o lado. Explicou que foi aumentado o orçamento, relativamente ao do ano anterior, pois foi feita uma aposta nas passadeiras que, na sua grande maioria, se encontram desvanecidas pelo tempo. O Executivo irá continuar a fazer **rampas** e rampeamento de passeios, sendo que todas as intervenções que forem executadas na via pública irão contemplar sempre a construção de rampas e rampeamento de passeios. Sobre a **vigilância e segurança**, explicou que a rubrica se encontra interligada com a fiscalização e segurança dos mercados e mencionou que a Junta tinha uma empresa que fazia a fiscalização do mercado, sendo que houve uma alteração que consiste em utilizar um nº mínimo de seguranças da empresa contratada, mas são sempre acompanhados de gratificados da PSP (6 gratificados em cada sábado), pois o serviço faz-se de uma maneira mais eficaz. Mencionou que um fiscal da empresa se encontra sempre acompanhado por dois elementos da PSP, permitindo obter melhores resultados. Também um fiscal fica à entrada, para controlar os acessos e é acompanhado por dois elementos da PSP. Informou que é de lei a existência de gratificados da PSP aquando da pintura de passadeiras e outras intervenções na via pública. Pelas razões enunciadas, foi reforçada esta rubrica. Sobre a **sinalização e trânsito**, explicou que a construção de passeios foi transferida para essa rubrica e, também foi colocada nessa rubrica a construção do parqueamento das bicicletas e a realização das passadeiras e, por essa razão, foi reforçada a rubrica. Sobre a **limpeza urbana**, explicou que a Junta está a apostar na contratação de quatro pessoas, através de procedimento concursal, sendo que duas serão afetas à varrição, uma para os espaços verdes e um coveiro. Referiu que irá ser aberto um outro concurso para mais quatro pessoas. Foi feito um estudo para reforçar os quadros da Junta de Freguesia, em especial, em Alverca. Será uma empresa a fazer a limpeza urbana de toda a freguesia do Sobralinho. Sobre as **festas**, informou que houve um acréscimo na conta da EDP, pois o IVA era de 7 % e passou para 23 %, sendo que o valor é o mesmo que foi gasto no ano de 2016. Explicou que houve um aumento na rubrica sobre os **órgãos autárquicos**, pois a Junta passou a ter dois eleitos a meio tempo e o trabalho está à vista. Sobre as **comunicações**, mencionou que tem havido renegociações com os operadores, mas existem muitos núcleos, nomeadamente, as linhas novas do posto dos CTT no Bom Sucesso, os serviços na sede, os do Sobralinho, os serviços do GIP também têm um sistema à parte, depois existem muitos serviços dispersos como no cemitério que está longe, no centro de convívio Álvaro Pinheiro, no Pavilhão do Sobralinho, sendo que estes dois últimos passaram a ter rede de internet e wi-fi, para usufruto da população. Explicou que têm renegociado com as operadoras, quando chegam ao fim as fidelizações e informou que há pouco tempo negociaram com a NOS (anterior OPTIMUS) que fazia o serviço no Sobralinho e conseguiram baixar os preços. Falou que iria verificar **o sinal que havia sido colocado perto da Churrasqueira** no Bom Sucesso. A dinamização do

comércio local é uma rubrica que foi aberta com uma proposta da Coligação Novo Rumo, mencionou que o valor baixo serviu apenas para abrir a rubrica e estavam à espera de poder aumentá-lo em saldo de gerência. No que concerne às **feiras promovidas pela Junta de Freguesia**, afirmou que iria verificar a questão apresentada, mas daquilo que tem conhecimento é de que o comércio da zona onde é feita a feira se sente agradado, pois com o aumento do número de pessoas na rua, é natural que as pessoas consumam produtos do comércio que se encontra perto da realização das feiras. Falou da última iniciativa o "Mercado de Natal" e falou com alguns comerciantes que se tinham revelado agradados com a iniciativa, em especial, os restaurantes. Terminou e passou a palavra ao Sr. Tesoureiro.

Tomou da palavra o **Sr. José Manuel Peixeiro, Tesoureiro da Junta**, que falou da crença generalizada que, por ser um ano eleitoral, o Orçamento teve um aumento e quis esclarecer que tal não é verídico. No ano de 2014, quando foi iniciado o mandato, o orçamento tinha sido de 1.692.000,00€, em 2015 foi de 1.757.000,00€, em 2016 foi de 1.785.000,00€, e em 2017 será de 1.834.000,00€. Isto quer dizer que nas receitas só se pode gastar quando se recebe. E nas receitas temos uma execução orçamental de 95,76%, consubstanciando-se num rigor extraordinário e deve-se muito aos funcionários administrativos da Junta de Freguesia, porque atingir, naquele dia de 16 de dezembro de 2016 aquele grau de percentagem de execução orçamental nas receitas, é uma situação extraordinária. Lembrou que no ano anterior o grau de execução orçamental tinha ficado nos cerca de 98%. Informou que o controle orçamental nas despesas tem 86,02%, ou seja, é um valor que permite apresentar aquele Orçamento para 2017. Esclareceu que não estão a influenciar o Orçamento para 2017, porque naquele momento, se já têm uma correção corrigida de 1.834.000,00€, apresentar para 2017, 1.822.00,00€, é ter um orçamento realista. Porque o que interessa é pagar dentro dos prazos, pois são pagos no máximo a 30 dias e, em alguns casos, até a menos de 30 dias. Classificou a situação como ter rigor nas contas. Esclareceu que o Executivo não está a inflacionar o orçamento devido ao período eleitoral, porque é um orçamento realista. E os números falam por si. Terminou.

Pediu a palavra o **Sr. Presidente** para informar que, em média, os pagamentos aos fornecedores, estavam a demorar 20 dias. Dirigiu-se ao Sr. João Fernandes e explicou que houve um aumento da receita em 2016, pois houve um trabalhador através de um programa de contrato de emprego de inserção que fez um levantamento exaustivo das ocupações da via pública (OVP) e também da publicidade. Esse trabalho permite proceder ao apuramento de maior quantidade de receita, pois passa a haver licenciamento de coisas que quase nunca chegam ao conhecimento da Junta. Se as Juntas de Freguesia tivessem fiscalização, poderiam ser aplicadas as coimas de uma maneira mais célere. O que acontece atualmente é que quando a Junta deteta a falta de cumprimento do licenciamento, tem de comunicar à Câmara Municipal e esta demora o seu tempo a visitar o local e a fazer o auto, sendo que se esse serviço estivesse centralizado nas Juntas de Freguesia seria muito mais rápido. Deu um exemplo de um contentor de obra não licenciado, que permaneceu durante uns dias num determinado local, a Junta sinalizou, falou com a empresa, que não procedeu à regularização, mas quando a Câmara lá foi verificar, o mesmo já não se encontrava. Mencionou esperar que esse tipo de lacunas possam ser resolvidas com a transferência das novas competências para as Juntas de Freguesia, prevista para 2018 pois, com um funcionário do quadro, adstrito à função de fiscalização, era uma fonte de receita importante para a Junta de Freguesia. Para além de ser uma questão de justiça, pois dessa maneira todos os casos de OVP e Publicidade seriam licenciados, não como acontece agora, em que uns pagam e outros não. Terminou.

O **Sr. João Fernandes, da bancada do BE** quis, ainda, saber em que medida irão ser reforçadas as ciclovias.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para responder que a palavra "reforço" poderá não estar bem aplicada, mas disse querer fazer como foi feito com os caminhos pedonais: naquele mandato foram feitos dois grandes caminhos pedonais e recordou a ligação que foi feita entre a rua Sra. da Graça à rua Vasco da Gama, na CHASA, quando as pessoas que tinham de vir da zona da Azinheira e levar os filhos à escola da CHASA, tinham de vir por uma estrada sem passeios e foi feito um caminho pedonal sobre-elevado, com segurança e iluminação. Também foi feita a ligação da estação de comboios até à rua Eng^o Vilar Queirós. Falou da intenção audaciosa de que esse caminho pudesse

chegar à CHASA. Tecnicamente, existe o problema da ponte mas, afirmou, que já foi pedido à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para que faça o estudo de um projeto e ver com a "Estradas de Portugal", pois considerou importante continuar aquele caminho. Terminou.

Foi dada a palavra ao **Sr. Adão Conde, da bancada da CNR** que, tal como havia sido manifestado na anterior Assembleia de Freguesia, pela escolha do Executivo de colocar dois eleitos a trabalhar a meio tempo, não pode a Coligação Novo Rumo votar a favor. Por outro lado, tendo em vista que o PS acolheu algumas das medidas apresentadas pela sua bancada, ao abrigo do estatuto do direito de oposição, mencionou que não iriam votar contra o Orçamento, sendo que iriam abster-se.

Este ponto n.º 3 foi aprovado com 9 votos a favor (PS), 10 abstenções (CDU, CNR e BE) e 0 votos contra.

Neste momento, um eleito pertencente à bancada da CDU informou que tinha de se ausentar, por razões profissionais, tendo desejado festas felizes aos presentes.

Tomou da palavra o **Sr. Presidente do Executivo**, para falar sobre o **4º Ponto – Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para 2017**. Começou por dizer que o número de funcionários é o mesmo e o número de vagas permanece igual. Informou que a única alteração existente é a da saída de 3 funcionários por aposentação e de um outro por exoneração do cargo. Estão previstos lugares para o procedimento concursal a decorrer e também para o que se pretende abrir, em fevereiro / março.

Foi dada a palavra ao **Sr. Carlos Gonçalves, da bancada da CDU**, que quis deixar a declaração de voto, mencionando que iriam votar contra o mapa de pessoal proposto. Esclareceu que, do ponto de vista da CDU, na contratação de serviços/ admissão de pessoal deve haver um peso e um rácio que justifique a contratação de pessoal e não a admissão de pessoal. Fazendo uma estimativa aos serviços contratados pela Junta de Freguesia e ao seu valor, justificar-se-ia a contratação de cerca de 15 funcionários aos quadros da Junta, mantendo o mesmo valor. A contratação de 15 trabalhadores seria uma mais-valia para a Junta, pois as carências que existem em termos de higiene e limpeza na freguesia, seriam colmatadas com a sua contratação, deixando de haver necessidade de contratar serviços. Terminou.

Respondendo ao Sr. Carlos Gonçalves, o Sr. Presidente disse não entender como foram feitas as contas, mas 15 funcionários, mesmo com o ordenado mínimo, e todos os encargos inerentes seriam necessários mais de 200 mil euros/ano.

Este ponto n.º 4 foi aprovado por maioria, com 11 votos a favor (PS e CNR), 1 abstenção (BE) e 6 votos contra (CDU).

Passou a palavra à Sra. Isabel Santos, segunda secretária, que leu a ata minuta, a qual foi votada e aprovada por unanimidade dos presentes.

O Sr. Presidente da Junta pediu a palavra para, em nome pessoal e do Executivo, desejar a todos um feliz Natal e um bom Ano Novo, com muita saúde.

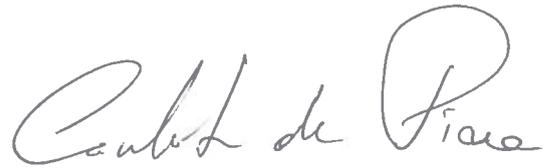
O Sr. Carlos Gonçalves, pediu a palavra para, em nome pessoal e em nome da bancada da CDU, estender a todos os presentes os votos de uma feliz quadra natalícia e de festas felizes.

O Sr. José Chumbo também quis desejar, em nome da bancada do PS, umas festas felizes a todos os presentes e fez votos para que o Executivo tivesse um último ano de mandato tão bom ou melhor que os anteriores.

O Sr. João Fernandes também quis desejar, em nome da equipa do BE, um feliz Natal e um ótimo ano novo a todos os presentes.

O Sr. Adão Conde fez votos de um feliz Natal e um próspero Ano Novo, em nome da Coligação Novo Rumo.

A Sra. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, e desejou um Santo Natal e um bom ano de 2017. Deu por terminada a sessão.



A Presidente da Assembleia de Freguesia



A Primeira Secretária



A Segunda Secretária



ANEAU 1



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

MOÇÃO

40 ANOS DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Comemorar o 40º aniversário do Poder Local Democrático é relembrar o dia 12 de Dezembro de 1976, dia em que se realizaram as primeiras Eleições Autárquicas Democráticas, momento que marcou a fundação do Poder Autárquico diretamente sufragado. Comemorar é afirmar que sem ele a nossa sociedade não podia subsistir da forma que a conhecemos e ambicionamos.

As Eleições Autárquicas, que se disputam de quatro em quatro anos, são hoje um dos pilares fundamentais do desenvolvimento social, cultural e económico do país e a base de sustentação do regime democrático. Por isso, é imperativo que todos os cidadãos, de todas as idades, se empenhem profundamente e participem, de uma forma ativa e consciente, nas decisões políticas da sua região

Em abono da verdade, o Poder Local Democrático está fortemente enraizado na vida dos portugueses, pesem embora os atropelos e alguns fenómenos, de registar o inconcebível e contestado processo de extinção e fusão de freguesias, de que tem sido vítima ao longo dos anos e, que de alguma forma, têm tentado manchar e denegrir a imagem de quem ao longo de 40 anos tem lutado para a sua concretização.

Foi o Poder Local Democrático que transformou profundamente o País, no plano do desenvolvimento económico e social, as suas realizações são assinaláveis, o colmatar de necessidades básicas como por exemplo: o fornecimento de água, de saneamento, eletrificação, vias de comunicação, serviços de saúde, escolas, transportes municipais etc., que são hoje dadas como adquiridas, é no Poder Local Democrático que as populações colocam a satisfação das suas necessidades e a esperança de maior desenvolvimento e bem-estar.

Para além da perspetiva de desenvolvimento, fator mais percecionado pela população, o Poder Local Democrático acrescenta a componente participativa na sua matriz inclusiva, trazendo desta forma uma nova abordagem e compreensão, como um poder que não vem de cima para baixo, mas sim um poder de proximidade.

O poder democrático local fez-se de progressos e de conquistas históricas marcadas e que marcaram gerações de autarcas, mas neste momento de celebração não devemos esquecer o princípio inicial, o 25 de abril.

A Revolução de 25 de Abril de 1974, foi o rastilho para uma cultura de Liberdade, Igualdade e Democracia alicerçada e regida por princípios constitucionais.

Este importante acontecimento da nossa história recente concedeu ao povo português, a liberdade de escolher e votar nos seus dirigentes locais, de qualquer indivíduo se candidatar a cargos públicos. Podemos participar ativamente na vida política e sermos parte fundamental nas decisões que são tomadas ao nível nacional e local.

Feito todo este percurso, importa refletir, questionar os aspetos positivos e menos positivos,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

em matérias como, políticas públicas viradas para a valorização do território na sua multidisciplinaridade, e colocar na ordem do dia o desenvolvimento regional, a implementação da descentralização de competências, de recursos humanos e de meios financeiros em estrita colaboração entre o poder central e local.

Assim, os eleitos da bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, reunida em sessão ordinária a 16 de Dezembro de 2016, pretendem:

1. Prestar a mais sincera e justa homenagem a todos os autarcas que ao longo destes 40 anos foram os protagonistas cimeiros do poder local, desde os presidentes de junta de freguesia, assembleia de freguesia e membros da assembleia de freguesia. Todos eles foram, e alguns ainda o são, os rostos das respetivas populações. Foram quem tem assumido as causas e as lutas das populações, e que procuraram melhorar a qualidade de vida das suas cidades, vilas e aldeias.
2. Prestar a nossa homenagem a todos os autarcas que nestes últimos e difíceis anos continuaram a trabalhar em prole das populações.
3. Incentivar todos os autarcas do país, e em particular o executivo da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, para que continuem a desenvolver e a canalizar todos os seus esforços e recursos na melhoria das condições de vida das suas populações, principalmente dos mais desfavorecidos.

Moção apresentada pela bancada do Partido Socialista, na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e **aprovada por unanimidade**, na Sessão Ordinária de 16 de dezembro de 2016.

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho





ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

MOÇÃO

ALTERAÇÃO AO PERCURSO DA CARREIRA 320 QUE FAZ A LIGAÇÃO DE ALVERCA DO RIBATEJO “ESTAÇÃO CP – LISBOA AREEIRO”

Considerando que, habitualmente, o percurso da Carreira 320 era feito entre Lisboa e “Areeiro” e Alverca do Ribatejo “Estação da CP e vice-versa, através da Estrada Nacional N.º 10 e da avenida Infante D. Pedro;

Considerando que, muitos utentes residentes em Alverca do Ribatejo, e não só, utilizavam para embarcarem e desembarcarem nos respetivos autocarros as paragens da avenida Infante D. Pedro junto ao Centro Comercial Scala;

Considerando que, devido à alteração introduzida, a referida carreira deixou de vir à avenida Infante D. Pedro e vai diretamente da rotunda do Jumbo para a estação da CP;

Considerando que, a alteração efetuada sem qualquer tipo de auscultação prévia aos utentes causa transtornos e prejuízos aos que utilizavam as paragens dos autocarros na avenida Infante D. Pedro.

Face aos considerandos que são referidos, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, reunida a 16 de dezembro de 2016 delibera:

1º - Que a senhora Presidente da Assembleia de Freguesia solicite, com caráter de urgência, uma reunião à administração da Rodoviária de Lisboa para debater o assunto em causa;

2º - Caso a mesma reunião seja aceite, a Assembleia de Freguesia deve ser representada pela sua presidente e um elemento de cada bancada;

3º - A Assembleia de Freguesia deve recomendar à União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que tomem todas as medidas necessárias junto da Rodoviária de Lisboa para que o percurso da Carreira 320 volte a ser o anterior, ao que está atualmente a ser feito.

Moção apresentada pela bancada da Coligação Democrática Unitária, na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e **aprovada por unanimidade**, na Sessão Ordinária de 16 de dezembro de 2016.

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho





ANEXO 3



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

MOÇÃO

INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR AO AEROPORTO INTERNACIONAL DE LISBOA E CLUSTER AERONÁUTICO DE ALVERCA DO RIBATEJO

Face aos últimos acontecimentos, abandono por parte do anterior governo da construção de um novo aeroporto internacional de Lisboa e dos novos contratos assinados com a Vinci, atual gestora dos aeroportos em Portugal, e os novos acionistas da TAP, a opção Montijo como infraestrutura complementar ao Aeroporto Internacional de Lisboa, tem ganho forma e contornos de dado adquirido.

Tendo o município definido como uma das suas prioridades, o reforço da manutenção aeronáutica em Alverca e ainda a abertura do Aeródromo à aviação civil com vista ao desenvolvimento local e concelhio, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira constituiu a Comissão Instaladora da Associação Promotora do Cluster Aeronáutico de Alverca do Ribatejo, e mais recentemente a instalação da Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve na cidade de Alverca do Ribatejo.

O desenvolvimento e identidade da nossa cidade estão de forma inalienável, ligados à aeronáutica. Historicamente o aeródromo do Complexo Militar de Alverca caracteriza-se também por ter sido o primeiro aeroporto internacional português. O aeroporto, cuja denominação oficial era Campo Internacional de Aterragem destinava-se a servir de terminal às ligações aéreas internacionais com Lisboa, sendo desativado em 1940 quando foi inaugurado o Aeroporto de Lisboa.

A importância de Alverca do Ribatejo na aeronáutica portuguesa, e no mundo globalizado, ganhou recentemente um novo impulso, como se comprova pela escolha de Alverca do Ribatejo para a apresentação, em 4 de julho de 2016, do KC-390, um avião de carga da brasileira Embraer, que contou com 450 mil horas de engenharia portuguesa. O maior projeto aeronáutico feito alguma vez em Portugal.

Podemos, de forma sistemática, elencar as mais-valias de Alverca do Ribatejo em relação a qualquer outra infraestrutura aeroportuária na região de Lisboa:

- proximidade ao centro da capital;
- gestão estratégica em estados de crises e calamidades naturais, a não existência de nenhuma ponte, na ligação à capital;
- acessibilidades (A1, CREL, IC2, EN10);
- menor investimento em transporte público (CP a metros de distância, autocarros);
- menor perturbação das atividades militares no cumprimento das suas funções;

Assim, os eleitos da bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, reunida em sessão ordinária a 16 de Dezembro de 2016, pretendem:



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

- Que o processo de escolhas complementares à infraestrutura complementar ao Aeroporto Internacional de Lisboa tenha agora mais transparência e clareza quanto às vantagens e desvantagens das várias hipóteses;
- Que sejam tidas em conta as potencialidades do Aeródromo e Cluster Aeronáutico de Alverca para acolher os voos executivos que se dirijam a Lisboa, reforçando e aproveitando a sua procura em termos de manutenção de aeronaves, com vantagens para todos os envolvidos e para a Economia Local.
- Desenvolver todos os esforços, e disponibilização de recursos em conjunto com a CMVFX, para concretizar a pretensão da instalação da infraestrutura e o cluster aeronáutico para que sejam aceites e se tornem realidade.

Moção apresentada pela bancada do Partido Socialista, na Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e **aprovada por maioria**, na Sessão Ordinária de 16 de dezembro de 2016.

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho

